

Notas etnográficas sobre fotografias de família e suas ferramentas decoloniais contra o "Tempo"

Ethnographic notes on family photographs and their decolonial tools against "Time"

Kennedy Valério

Universidade Federal de São Paulo -UNIFESP

São Paulo, Brasil.

k.valerio@unifesp.br

<https://orcid.org/0009-0007-7559-9555>.

Recebido em: 14 de janeiro de 2025

Aceito em: 04 de abril de 2024

Resumo:

O presente artigo propõe discutir como álbuns fotográficos de uma família preta, interiorana e pobre podem desvelar memórias, vivências e poéticas que perpassam as relações sociais desta família. Trata-se de uma pesquisa que é construída numa relação em que as fotografias de família e meus interlocutores, as *guardiãs* dessas imagens, são minhas parentes-interlocutoras, ou seja, numa relação de interlocução marcada pelo parentesco. Dessa maneira, nos propomos à reflexão que parte dos apontamentos de Johannes Fabian (1983) sobre o Tempo e o lugar do Outro na pesquisa etnográfica. Para tanto, nossa discussão segue numa perspectiva antropológica que se atenta às relações entre pessoas pretas e as memórias construídas a partir de seus álbuns fotográficos. Outrossim, é nosso objetivo contribuir de maneira teórico-metodológica para a discussão sobre a noção de temporalidade e outridade, a partir das imagens e de uma relação etnográfica em que o pesquisador é um de dentro.

Palavras-Chave: Fotografia; Família; Tempo; Álbum de família; Decolonialidade.

Abstract:

This debate article proposes how photo albums of a poor, rural, black family can reveal memories, experiences, and poetics that permeate the social relations of this family. This is a research study that is constructed in a relationship in which the family photographs and my interlocutors, the custodians of these images, are my relatives-interlocutors, that is, in a relationship of interlocution marked by kinship. In this way, we propose a reflection that starts from Johannes Fabian's (1983) notes on Time and the place of the Other in ethnographic research. To this end, our discussion follows an anthropological perspective that pays attention to the relationships between black people and the memories constructed from their photo albums. Furthermore, our objective is to contribute theoretically and methodologically to the discussion on the notion of temporality and otherness, based on the images and an ethnographic relationship in which the researcher is an insider.

Keywords: Photography; Family; Time; Family album; Decoloniality.

INTRODUÇÃO¹

Negros têm um péssimo hábito: morrem cedo e não deixam memórias.

Oswaldo de Camargo

Como se, da imagem cinza, elevava-se uma voz: “não vês que ardo?”.

Georges Didi-Huberman

Figura 1: Retrato de Olga e Estella, fazendo pose com a babá. Fotografia não identificado. Brasil, c. 1890, coleção G. Ermakoff (Rio de Janeiro).



Fonte: Fotografia não identificado, 1980

¹ Este artigo que ora apresento é um desdobramento de minha participação na 34ª RBA, no GT 006: “Antropologia audiovisual com fotografias e filmes: da película ao digital”, sob coordenação dos professores Dr. Alexander Nakaóka Elias e do Dr. Jesus Marmanillo Pereira.

Lidar com fotografias numa perspectiva antropológica, é perceber que o desenvolvimento da disciplina é profundamente marcado por sua relação com o aparato fotográfico. De acordo com Elisabeth Edwards (2016) há, pelo menos, três momentos que são fundamentais na relação entre antropologia e fotografia. O primeiro momento dessa relação marca o uso da fotografia como uma evidência do “*estar lá*”, isto é, o dispositivo fotográfico aliado à noção de autoridade etnográfica, funcionando enquanto um aparato de validação da presença (Edwards, 2016: 154). Dessa forma, o código imagético operou com o privilégio de uma “garantia” colonial no fazer fotográfico, que foi imposto pelo capitalismo e expresso nos processos de colonização em museus etnológicos, exposições, acervos, departamentos policiais, imprensa etc. Sendo o lucro, o gatilho de toda essa estrutura que foi reificada, naturalizando a violência e transformando-a num uso “legítimo” do ato de fotografar o “Outro” sem consentimento. (Azoulay, 2019: 135).

Um segundo momento da longa relação entre antropologia e fotografia, se dá na chave da representação, isto é, observar as fotografias partindo da premissa que ela atesta uma verdade a respeito do que foi capturado e, portanto, tem potencial para representar um grupo, uma sociedade, uma nação etc. Há, portanto, uma crítica da representação que não se restringe a fotografia e a antropologia, ao contrário, vai de encontro a outros discursos científicos e, também, extrapolando os muros científicos. As produções acadêmicas que eram acompanhadas por registros fotográficos (e audiovisuais) que eram destinadas e compartilhadas por/para um pequeno grupo de pesquisadores e fotógrafos europeus e americanos, são incorporadas e produzidas num contexto de pós-colonialidade por pessoas que viveram a subalternização violenta do processo colonial. Dessa maneira, o aparato fotográfico e a produção etnográfica, passaram a ser produzidas por quem outrora, era um objeto de estudo a ser fotografado e pesquisado. Elisabeth Edwards afirma que,

tais estudos não apenas abriram a possibilidade de agência no domínio da história cultural, mas, também, desestabilizaram a autoridade tanto de antropólogos quanto de suas produções fotográficas. Isso permitiu o surgimento de micro-histórias visuais críticas, reflexivas e colaborativas, bem como encontros transculturais e relações da fotografia com o material e o sensorial (Edwards, 2016: 155).

No contexto brasileiro, em que o colonialismo deixou profundas raízes em cada canto da sociedade, que fora permeado pelas desigualdades de classe, raça e gênero, sobretudo, por causa da escravização e comercialização de pessoas negras e indígenas, a

fotografia também nos revela detalhes dessa tensa relação. O século XIX no Brasil é marcado por uma série de acontecimentos, tais como, independência do Brasil em 1822, processos de abolição da escravização que culminou na aprovação da Lei Áurea em 1888, Revolta dos Malês em 1835, Balaiada em 1838 etc. entretanto, ainda no século XIX, surge o aparato fotográfico no ano de 1826 com sua vertiginosa popularização entre as camadas mais abastadas da sociedade brasileira a partir do ano de 1839. Assim como cada centímetro do solo brasileiro, a fotografia também é atravessada (in)intensamente pelos dispositivos de racialidade que operam na sociedade brasileira. É partindo dessa relação complexa que a discussão proposta aqui será orientada.

Os registros imagéticos que marcam o início da relação entre pessoas negras e a fotografia, são registros de resquícios. São sobras. O aparato fotográfico se fez presente como ferramenta e linguagem estética do colonialismo e do que sobrou dele, a saber – amas de leite, alforriados, mãe preta, amas secas. Isto é, os “sobejos” úteis ao lado interno da casa-grande que podiam ser fotografados com a autorização dos burgueses, donos de terras e de pessoas escravizadas.

Pouco tempo após o surgimento da câmera fotográfica os álbuns de família tornaram-se objetos de desejo das famílias burguesas que registravam momentos solenes de suas respectivas famílias, como casamentos e batizados, a fim de exibirem nos espaços comuns de convivência em suas casas o prestígio de sua família, uma vez que possuir fotografias no século XIX era demasiado caro (Koutsoukos, 2010: 81). Sandra Koutsoukos relata na obra *Negros no Estúdio do Fotógrafo*, que em acervos pessoais, museus, centros de memória etc. não foi possível localizar nenhum álbum de fotografia de famílias negras no século XIX. No entanto, pessoas negras estavam presentes em muitas fotografias, mas enquanto, amas de leite, amas secas, forros e escravizados, ou seja, enquanto propriedade ou atrelados ao processo de alforria. Havia pessoas negras fotografadas, o que não existia, de acordo com a autora, eram negros fotografados em família (Koutsoukos, 2010: 89).

Nesta pesquisa investigo, a partir do aporte teórico-metodológico da antropologia visual, álbuns de fotografia de família e as memórias evocadas a partir dessas imagens na relação de parentesco e as materialidades que se agregam à da produção de vida e do acervo de suas fotografias. Para tanto, essas imagens são compreendidas como agentes (Edwards, 2012: 223) e interlocutoras na construção da pesquisa e nas relações estabelecidas em campo. As fotografias que compõem a

pesquisa são imagens do acervo pessoal de minha família e, por conseguinte, as pessoas com estabelecimento uma relação de interlocução são as minhas parentes-interlocutoras² ou as *guardiãs* das fotografias, a saber – Eva e Inês, minha mãe e minha avó.

Numa etnografia exploratória realizada no mês de dezembro de 2022, na cidade Lins³ – SP, percebi que Inês e Eva (minha avó e minha mãe) são as mulheres “guardiãs” destas fotografias. Nessa ocasião, pedi acesso à Eva (minha mãe) as fotos de seu acervo fotográfico e conversei com ela acerca da possibilidade de pesquisar a partir dessas fotografias, bem como, realizar uma possível pesquisa entre/com nossos próprios parentes. De pronto, ela autorizou que a pesquisa fosse realizada e deixou aos meus cuidados, no período que fosse necessário, as fotografias que ela possuía e me disponibilizou mais de 200 fotografias (analógicas) que datam desde anos 1970, até os anos 2000. Olhamos juntos algumas fotos que estavam guardadas na tão celebrada caixa de sapatos, onde estão guardadas as fotografias que não estão expostas pela casa, conversamos sobre algumas fotos e sobre as pessoas que estavam presentes nas fotografias e a época que as fotos foram feitas.

As fotografias dos acervos de Eva e Inês retratam pessoas negras, numa condição totalmente diferente das fotografias encontradas no século XIX, presentes na coleção de Alberto Henschel⁴, por exemplo, as imagens que são disponibilizadas na pesquisa e que são também parte de minha memória vivida, falam de um lugar outro nessa tensa relação entre pessoas negras e a fotografia. Se de um lado, o que restou da

² Expressão cunhada pela antropóloga Ana Clara Damásio (2020) em sua dissertação de mestrado, onde ela realiza uma pesquisa etnográfica entre seus próprios parentes. Em nossa pesquisa utilizarei a mesma expressão quando me refiro aos meus próprios parentes, pois, a relação em que eu estou inserido é a de parente-pesquisador (filho, sobrinho, neto), bem como, meus familiares, que se dispuseram em ser, também, meus parentes-interlocutores. Para conhecimento da pesquisa de dissertação de Ana Clara Damásio, Cf. DAMASIO, A. C. S. *Fazer-Família e Fazer-Antropologia uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI*. 2020. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

³ O município de Lins é localizado na região noroeste de São Paulo, a 460 km da capital. De acordo com o último censo feito pelo IBGE de 2022, a população do município é de 74.779 habitantes. No que tange a formação administrativa de Lins, o município foi distrito dos municípios de Bauru e posteriormente de Pirajuí, e no ano de 1920 foi desmembrado de Pirajuí tornando-se o município *Albuquerque Lins* e, no ano de 1926 tornou-se Lins. Para mais detalhes, Cf.: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/lins/historico> >. Acessado no dia, 21 de maio de 2023. A cidade de Lins, assim como outras cidades do noroeste paulista, é marcada pela cultura cafeeicultora e, por conseguinte pelas estradas ferroviárias (NOB), para mais detalhes, ver: (Santos, 2010) e (Ghirardello, 2002).

⁴ Alberto Henschel foi um fotógrafo alemão que viveu a maior parte de sua vida no Brasil, onde tornou-se um fotógrafo conhecido por fotografar pessoas negras. Henschel é amplamente conhecido por sua coleção de fotos intituladas por “tipos de negros” que ganhou notoriedade na Europa no fim do século XIX. Para mais informações e visualizações de algumas fotografias, Cf. A base de dados do Instituto Moreira Sales (IMS) em: <<https://ims.com.br/titular-colecao/alberto-henschel/>>. Acessado no dia 05 de fevereiro de 2024.

colonização e escravização são as fotografias de pessoas negras que não possuíam nomes ou identidade (fig. 1), por outro lado, as fotografias que compõem minha pesquisa, são registros de pessoas negras com nomes, identidades, histórias e, sobretudo, em família. Um lugar disruptivo do que fora destinado às pessoas negras fotografadas, um lugar decolonizado.

As notas etnográficas que compõem o presente artigo serão aqui, colocadas em diálogo com a crítica feita por Fabian (1983 [2013]) sobre *tempo* e do lugar do *Outro*, que destaca o uso do tempo enquanto ferramenta política legitimada pelo discurso antropológico para destinar ao “Outro” um lugar no passado, produzindo uma alteridade subalternizada que é evidente em muitas etnografias consideradas clássicas para disciplina antropológica. Um exemplo clássico é o uso da palavra *primitivo* enquanto uma classificação que distância um grupo ou uma sociedade destinando-as um espaço longínquo, em detrimento do antropólogo “civilizado”, oriundo de um mundo “universal” e, portanto, sempre sendo um modelo a ser compreendido como um homem que a ser alcançado no tempo. Nas categorias de Fabian (2013: 10), essa forma de mobilizar o tempo no discurso antropológico rebaixa o Outro diacronicamente num uso esquizogênico do tempo.

Palavras como “distanciamento” e “estranhamento” são caras à antropologia do ponto de vista teórico e metodológico, entretanto, elas possuem uma carga política pois produzem alteridades e fazem a manutenção da prática etnográfica enquanto instrumento de invenção de culturas (Wagner, 2017: 28). Dessa maneira, nosso olhar é dirigido à crítica de Fabian para uma produção antropológica que não se preocupa com a posicionalidade de sua prática etnográfica, negando, portanto, sua coetaneidade, isto é, um status epistemológico que cria hierarquias temporais entre o antropólogo e o Outro, suprimindo a contemporaneidade do encontro etnográfico (Fabian, 2013: 10).

As reflexões postas aqui vão em direção as experiências que tenho tido em campo com minhas interlocutoras privilegiadas, Eva e Inês, as fotografias da família e a relação que estabelecemos nesse processo me colocam alguns questionamentos, tais como, em que medida a reflexão crítica sobre o tempo, na perspectiva de Johannes Fabian, afeta meu posicionamento em campo, enquanto parente-pesquisador? Outrossim, levando em consideração que observar o familiar abre possibilidades de enriquecimento teórico-metodológicos, bem como, apresenta novos desafios ao exercício etnográfico (Velho, 1978: 131), como se dá a coetaneidade num contexto em

que a pesquisa de campo é feita entre/com os de dentro? De que forma a temporalidade e o lugar do Outro estão postos nessa relação, quando as fotografias em que se estabelece relação de interlocução, insistem em “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1994: 225)? Estamos operando na chave em que o “distante” e o “familiar” se cruzam no nível conceitual e prático do exercício etnográfico, a fim de elaborar uma reflexão teórico-metodológica sobre fotografias de família, parentesco e temporalidades.

O tempo da etnografia e as temporalidades do parentesco

Minha presença em campo é atravessada de diversas formas e temporalidades, dentro da relação de parentesco, sou neto, filho e sobrinho de meus interlocutores. Na relação de interlocução criada com as imagens e em sua circularidade na família, sou recém-nascido, criança, adolescente e adulto. Eva, Inês e outros parentes me reconhecem em todas essas temporalidades. E há pouco mais de um ano me recebem como pesquisador. Não só meu corpo, mas meu passado e presente são afetados em campo pelas fotografias, pelas memórias evocadas e pela relação de parentesco com meus interlocutores, *ser-afetado* (Favret-Saada, 2005), neste contexto, é ser atravessado por temporalidades que escapam do binômio familiar-estranho.

Figura 2



Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Eva, 1998

Johannes Fabian não chama de erro, o que para ele é um mecanismo (Fabian, 2013: 68), ou seja, negar a coetaneidade das relações numa pesquisa antropológica consiste num processo articulado em que os etnógrafos não se colocam na mesma temporalidade que os grupos com quem se realiza a pesquisa, pois, “por meio da representação distanciadora e objetificadora de um Outro aparentemente genuíno, os antropólogos abrem mão de uma autorreflexão crítica que os tornaria parte constitutiva de um diálogo hermenêutico (e, portanto, “coevo”) (Fabian, 2013: 12)”.

Na reflexão feita a partir da relação construída com minhas interlocutoras, percebi que se faz necessário voltar a atenção para o lugar espacializado do tempo, e que, embora partilhe de uma vivência aproximada antes mesmo de iniciar a pesquisa de campo, ser, ao mesmo tempo, parente e pesquisador é viver o processo de pesquisa e escrita imbricado com as vivências e relações de parentesco, entretanto, conforme nos sugere a antropóloga Ana Clara Damásio (2022: 10) se fez necessário investir num distanciamento no nível conceitual e teórico a fim de elaborar uma melhor construção etnográfica.

Marc Augé (1978) destaca que o parentesco é mais que uma forma de classificar ou organizar as relações matrimoniais e consanguíneas, ele opera também enquanto uma linguagem (Augé, 1978: 20). Me aproximo, portanto, das discussões de parentesco e família que surgiram a partir dos estudos feministas e de gênero entre anos de 1970 e 1980, em sua relação com a antropologia, criticando epistemologicamente a maneira como o parentesco era discutido na antropologia (Fonseca, 2003: 27). Entendendo que a relação de parentesco que mantenho com minhas parentes-interlocutoras não reside numa temporalidade passada, como algo “exótico” ou distanciado, ao contrário, as relações são profundamente imbricadas e o que se transmite não é só a consanguinidade, mas também o lugar da experiência, da materialidade, da memória (das fotografias), sobretudo na maneira em como elas são investidas com qualidades e ressonâncias particulares (Carsten, 2014: 113).

Revisando as anotações de meu diário de campo e lembrando de algumas conversas informais, me dei conta de que as fotografias além de cuidadas, foram feitas por mulheres negras, as *guardiãs*. Inês, minha avó, tem 77 anos e reside na cidade de Lins desde que nasceu. Eva, minha mãe e filha mais velha de Inês, possui 54 anos, é nascida na cidade de Lins, mas mora em São Paulo desde seus 18 anos. Ambas

partilham, além do parentesco, algumas coisas em comum, são mulheres negras, interioranas, pobres e empregadas domésticas, que estabeleceram ao longo de suas vidas formas de produzir e guardar fotografias de suas famílias. Suas memórias.

Observando as fotografias, as relações familiares ali capturadas, o que irrompe das imagens e foi rememorado por Inês e Eva, naquela primeira visita em 2022, na cidade de Lins – SP, vemos uma aproximação ao que Sahlins (2013) destaca, ao afirmar que “a qualidade específica do parentesco, [...] é a “mutualidade do ser”: parentes são pessoas que participam intrinsecamente da existência uns dos outros; eles são membros um do outro.” (Sahlins, 2013: ix, tradução nossa)⁵. As fotografias de família, meus interlocutores e a relação que construímos em campo, fazem com que o parentesco extrapole relações temporais atreladas a consanguinidade. No tempo, eu e minhas interlocutoras não somos parentes somente uns dos outros, mas somos parentes das coisas uns dos outros.

Entretanto, Fabian alerta que insistir na concepção de presente etnográfico é ainda, destinar ao Outro um lugar abaixo na hierarquia do tempo. Bem como, destacar que a relação de proximidade estabelecida entre mim e minhas interlocutoras, não garante que meu discurso sobre elas e suas fotografias não seja, também, um discurso que nega a coetaneidade de nossa relação. A escrita etnográfica é o marcador privilegiado do lugar político em que colocamos nossos interlocutores. É nela onde os antropólogos objetivam e produzem um discurso científico quer seja de um grupo distanciado ou aproximado, entretanto, é na escrita etnográfica em que se pode produzir novas formas não violentas de discursos antropológicos. Marilyn Strathern destaca que a escrita é um dos momentos etnográficos e que, “todo momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre imersão e o movimento” (Strathern, 2017: 317), de maneira semelhante, Fabian considera que a comunicação em campo e a linguagem podem produzir um discurso etnográfico embasado na objetividade que se constroi a partir do encontro, da interação e da relação estabelecida pois,

Nas investigações antropológicas, a objetividade não está nem na consistência lógica de uma teoria nem na inquestionabilidade dos dados, mas no fundamento da intersubjetividade humana. A objetividade nas investigações antropológicas é alcançada pelo ingresso em um contexto de comunicação interativa, através do único meio que representa e constitui tal conceito: a linguagem (Fabian, 2013: 16).

⁵ “The specific quality of kinship, I argue, is “mutuality of being”: kinfolk are persons who participate intrinsically in each other's existence; they are members of one another.” (Sahlins, 2013: ix).

Fabian aposta na interatividade da relação de interlocução estabelecida em campo a fim de que a pesquisa etnográfica não negue a coetaneidade das relações. Pensando a partir das considerações de Johannes Fabian, os elementos de intersubjetividade evocados a partir da relação que construí com minhas parentes-interlocutoras se manifestam a partir das nossas relações com as fotografias de família dos acervos de Eva e Inês e que pululam desse encontro, são as memórias. É a partir das memórias avivadas (Lins de Barros, 1989: 34) que o tempo da etnografia é tocado (ou incomodado) pelas temporalidades do parentesco. As lembranças e os gatilhos que levam a rememoração, bem como, o que não foi evocado e, portanto, não celebrado, são alvos da memória. Aquilo que falta, aquilo que é visto (e fotografado), dito, imaginado e inventado compõem as memórias e as narrativas dos indivíduos sobre ela (Halbwachs, 2006: 54).

A memória como conceito crítico para tensionar um outro olhar às temporalidades enquanto deslocamento de hierarquia e coetaneidade, irrompe com um possível tempo esquizogênico da relação entre mim e minhas parentes-interlocutoras, pois, “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (Bosi, 1994: 47), ou seja, pensar a memória com as fotografias, na forma como a tratamos, nos leva a compreensão de que, a memória, assim como as fotografias, não é imediata e, também, resiste a um determinismo temporal. As relações entre meus interlocutores e suas fotografias, evocam memórias que a fazem-nas “arder” (Didi-Huberman, 2012: 210), elas não são consideradas por mim como um documento que atesta algo do passado, tampouco como uma chave do tempo presente que diz algo sobre o futuro.

Diante da fotografia (fig. 2), numa linguagem cinematográfica seria possível dizer que a quarta parede (a tela) foi quebrada, no entanto, três olhares atravessam o papel filme, um homem no primeiro plano e duas mulheres no último plano. Eva, Sandra (minha tia) e o Élcio (ex-marido de Sandra), olham para “objetiva”⁶ enfrentando o aparato fotográfico, o fotógrafo e há um pouco mais de um ano, enfrentam meu olhar enquanto parente-pesquisador. A fotografia é de 1998, entretanto, o destino posicionado num rebaixamento diacrônico não é capaz de manter por longos períodos os sujeitos num tempo inferiorizado. Minhas interlocutoras dão a ver que, as fotografias não estão no passado, nem no presente e nem se determinam no tempo (Didi-Huberman, 2012:

⁶ Nome dado às lentes das câmeras.

213) elas evocam memórias que atravessam relações de parentescos, espaços, e tempos “determinados” politicamente.

Fotografias da família: ferramentas decoloniais contra o Tempo

Figura 3



Fonte: Fotografia do acervo de Eva, 1984.

No campo da antropologia visual brasileira o uso de álbuns de família seja como objeto de estudo, ou como fonte de dados não são novidades. A antropóloga Miriam L. Moreira Leite (1993; 2005), por exemplo, recorre às fotografias de família dedicando suas análises às lacunas que podem ser preenchidas a partir das fotografias e das histórias de famílias de imigrantes italianos que vivem em São Paulo. Suas análises estavam orientadas para a sensibilidade causada pela imagem no encontro entre, as fotografias de família e os operários italianos que chegaram em São Paulo no início do Século XX.

Na pesquisa de Miriam Moreira Leite e em outras pesquisas consagradas⁷ nas ciências sociais feitas a partir de álbuns de fotografias de família, as famílias pobres que eram fotografadas, muitas vezes não eram donas de suas fotos e, se as possuíam, tinham pouquíssimas fotos. As guardiãs das fotografias possuem em sua tutela um número considerável de fotografias, Eva possui em torno de 200 imagens e Inês possui cerca de 100 fotografias, que sempre pertenceram à mesma família – negra, pobre e interiorana.

No título desta seção do presente artigo me refiro a estas imagens como fotografias *da* família, ao invés de fotografias *de* família. Num nível conceitual e prático, conforme já mencionado acima, estabeleço uma relação de interlocução com as fotos de minhas interlocutoras, entretanto, estas imagens sempre estiveram em circularidade na família. O acervo de minhas interlocutoras está separado por cerca de 460 km de distância, Eva atualmente reside em Guarulhos e Inês reside na cidade de Lins, região noroeste do estado de São Paulo. No entanto, quando minhas interlocutoras me permitem acessar estas fotografias, elas se inserem no processo de produção de minha pesquisa e, por conseguinte, no trânsito entre as cidades de Guarulhos e Lins. As fotografias de família que, me é útil enquanto classificação e distanciamento, tornam-se coetâneas e são partilhadas como as fotografias da família. Eva e Inês, apesar de manterem em suas posses os álbuns da família, nunca agiram com elas de maneira proibitiva ou manifestaram algum interdito para com estas fotografias.

Se faz importante destacar o fato de que meus interlocutores são em quase que sua totalidade pessoas negras e as pessoas que estão presentes nos registros fotográficos também. Foi apontado na introdução deste artigo que há uma tensa relação que marca a presença de pessoas negras nas fotografias nos primeiros anos após o advento da câmera fotográfica, revelando os mecanismos que fizeram a manutenção do aprisionamento de pessoas negras no passado colonial, não houve no século XIX homens e mulheres negras livres, existiram escravizados forros e escravizada forras. O discurso antropológico contribuiu com isso na medida em que,

a antropologia contribuiu acima de tudo para a justificação intelectual da iniciativa colonial. Ela concedeu a política e a economia ambas preocupadas com o Tempo humano - uma fume crença no “natural”, isto é, no Tempo evolutivo. Ela promoveu

⁷ Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu Bourdieu realizaram uma pesquisa etnográfica numa aldeia em *Béarn*, localizada no sudoeste da França, investigando a relação entre os camponeses e a fotografia. Em sua metodologia a fotografia é um meio para para analisar a vida social, cumprindo, portanto, a função de destacar os papéis sociais e as relações estabelecidas entre os camponeses dessa aldeia (Bourdieu & Bourdieu [1965] 2006: 34). Para mais detalhes, Cf. BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. *Revista de Sociologia e Política*, jun., n.26, p. 83-92, 2006.

um regime em cujos termos não somente as culturas do passado, como todas as sociedades vivas, foram irremediavelmente colocadas em uma vertente temporal, um fluxo de Tempo - alguns correndo para cima, outro, para baixo (Fabian, 2013, p. 53).

O homem “primitivo” e “selvagem” para os antropólogos evolucionistas ocupa o mesmo lugar que o escravizado para os colonos, o lugar de aprisionamento no passado. Um espaço de subalternizado.

Com outras categorias conceituais, Lélia Gonzalez (1984, p. 226) e Frantz Fanon ([1952] 2020) nos auxiliam na reflexão acerca do corpo negro enquanto um *não-ser*, isto é, os indivíduos negros no mundo (da branquitude), de acordo com Fanon, conhecem-se a si próprios pelas vias da negação, sua corporalidade é *fazer-ser* negacional que, por sua vez, aludindo a premissa de que indivíduos negros no mundo de brancos existem nas estruturas impostas pela branquitude e pelo colonialismo (Fanon, [1952] 2020: 126).

Entretanto, um outro olhar é possível, de acordo com a socióloga Maria Lugones (2014: 940) “em nossas existências colonizadas, racialmente engendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica.” As fotografias de minha família com que estabeleço relação de interlocução são frutos de uma produção de vida, de uma circularidade, de um tempo outro, um tempo coetâneo, isto é, vivido contemporaneamente por mim e meus interlocutores (e que não se prende às concepções eurocêtricas de temporalidade). Se por um lado, pessoas pretas que eram fotografadas não possuíam nomes, famílias e agência sobre as próprias imagens, as fotografias produzidas por minhas parentes-interlocutoras fazem falar de um lugar outro das relações raciais e de parentesco, a saber – o lugar em que mulheres negras, além de serem as responsáveis pelo cuidado dessas imagens, produziram memórias sobre si e suas famílias a partir da fotografia. Essas fotografias são potentes na subversão do domínio representativo da compreensão imagética (Rancière, 2009: 31) ao se articularem com complexidade recusando as categorizações coloniais a partir de fotografias de momentos cotidianos (e solenes) de uma família negra (Campt, 2017: 59).

As fotografias de minha parentes-interlocutoras, se articulam como ferramentas decoloniais contra o Tempo (fig. 3). Fátima, minha tia-avó e tia de Eva, a conduz para a Crisma⁸, enquanto madrinha do presente sacramento, em sua frente o padre, homem

⁸ Um dos sete sacramentos da Igreja Católica Apostólica Romana.

branco, confirma o sacramento sob a feitura do sinal da cruz na testa de Eva com os dedos banhados de óleo.

A fotografia dobra o tempo histórico e, faz Eva e Fátima encontrarem, nas extremidades das experiências vivida, o passado colonial que não viveram, mas que as permeia, e as memórias evocadas sobre essas fotografias me atravessam num tempo presente enquanto filho, sobrinho e etnógrafo. Mulheres negras que, sem alguma estratégia planejada previamente de resistência, elaboraram através da fotografia uma ferramenta decolonial que enfrenta os usos esquizogênicos do Tempo e o lugar destinado aos corpos negros, na medida em que, a produção de vida dessas imagens, transitam para fora dos espaços onde as famílias negras foram posicionadas por muitos anos nas fotografias.

Conclusão

De acordo com Didi-Huberman (2010: 29), o ato de ver é um “abrir-se em dois” e, portanto, o que vemos nos olha, foi no contato com as fotografias e sua potente circularidade que, como no *punctum* (Barthes, [1980] 2009), as fotografias de minha família levaram-me a reflexão sobre a crítica de Fabian sobre o Tempo e o lugar do Outro.

Ao considerarmos que a antropologia foi, durante longos anos, um meio que facilitou e promoveu o processo colonial e imperialista, é necessário levar em consideração que a antropologia também se criticou enquanto teoria e metodologia. O próprio Fabian considera que é criticando a noção de Tempo que os antropólogos podem ter um ponto de partida para uma crítica mais generalizada da antropologia (Fabian, 2013: 57). Entretanto, neste presente artigo recorreremos a uma experiência de campo, a fim de questionarmos como a crítica à noção de Tempo, nos moldes de Fabian, podem ser incorporadas num contexto em que o pesquisador é também de dentro e que o principal elemento que compõe a pesquisa, as fotografias, desvelam formas não convencionais da presença de pessoas negras em pesquisas com fotografias nas ciências sociais e, sobretudo, na antropologia – um lugar não violento da relação entre raça e fotografia.

Ao colocarmos lado a lado essas considerações, entendemos que a crítica de Fabian é importante na medida em que a antropologia ainda carrega consigo um

discurso repousado na autoridade etnográfica embasada na concepção de presente etnográfico (Fabian, 2013: 12). Por outro lado, compreendemos que toda crítica é feita num determinado contexto e sob determinadas condições de época, no caso, em 1983. Fugindo de anacronismos, mas levando a sério as considerações propostas por Johannes Fabian, é válido ressaltar que há outras formas de antropologia sendo produzidas, em outros contextos que não foram vislumbrados pelo autor.

As notas etnográficas expostas acima correspondem a uma pesquisa de campo em que eu, enquanto parente-pesquisador sou levado por minhas interlocutoras à compreensão de que o distanciamento exigido pela disciplina não se faz através de uma etnografia que carrega consigo a “culpa colonial” que a disciplina antropológica carrega, embora, como dito neste artigo, pesquisar com os de dentro não garante imunidade contra produção de etnografias violentas e hierarquizantes.

Entretanto, minha relação de parentesco e meu próprio corpo enquanto *ser-no-mundo*, me dirige ao centro da crítica feita por Fabian, onde, considero não ser possível escapar, mas vislumbrar outras possibilidades de operar dentro destes dilemas (Tsing, 1993, p. xv). À guisa de conclusão ressalto que minhas experiências de campo expostas aqui, não se propõem em desconstruir os argumentos propostos por Fabian, ao contrário, mostram outras possibilidades de criticar a noção de Tempo elaborada na antropologia, bem como, demonstrar que em algumas casos etnográficos as temporalidades são extrapoladas pelo próprio objeto de pesquisa do etnógrafo.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc (org.). *Os Domínios do Parentesco: Filiação, Aliança Matrimonial e Residência*. Lisboa: Edições 70, 1978.

AZOULAY, Ariella. Desaprendendo Momentos Decisivos. In: *Zum: Revista de Fotografia*, n. 17, São Paulo, 2019.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: *Obras escolhidas I: magia e técnica; arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPT, M. Tina. *Listening to images*. Durham&London: Duke University Press, 2017.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. São Carlos: *R@U*, vol. 6, n. 2, p. 103-118, 2014.

DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia! Londrina: *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, v. 2, n. 4, p. 204-209, 2012.

EDWARDS, Elisabeth. Objects of Affect: Photography Beyond the Image. *Annual review of Anthropology*, Vol. 41, p. 221-234, 2012.

EDWARDS, Elisabeth. “Rastreando a Fotografia”, In: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar; HIKIJI, Rose; CAIUBY NOVAES, Sylvia (orgs.). *A Experiência da Imagem na Etnografia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2016, p. 153-190.

FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: Como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2013.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: UBU, [1952] 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, *Cadernos de Campo*, 13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, Claudia. De Afinidades a Coalizões: Uma reflexão sobre “transpolinização” entre gênero e parentesco em décadas recentes na antropologia. Florianópolis: *ILHA*, vol. 5, n. 2, p. 05-31, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LEITE, Miriam Moreira. “Retratos de Família: imagem paradigmática no passado e no presente”. In: SAMAIN, Etienne (org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Editora Hucitec. 2005, p. 33-38.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: Leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Edusp, 1993.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória e família. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. Florianópolis: *Estudos Feministas*, vol. 22, n.3, p. 935-952, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

SAHLINS, Marshall. *What Kinship is... and is Not*. Chicago: The University of Chicago Press. 2013.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: UBU, 2017.

TSING, Anna. *In the Realm of the Diamond Queen: Marginality in na Out-of-theWay Place*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978, p. 121-132.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: UBU, 2017.